

entretextos


entretextos

42 A criação do município de Cruz no discurso de Nicodemos Araújo: conflito ou harmonia?

Gleiciane Maria Silveira e Freitas

Outubro de 2011

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
| Instituto de Ciências da Educação



Gleiciane Maria Silveira e Freitas

Instituto de Teologia Aplicada – Inta – CE

Resumo

As marcas da objetividade e subjetividade humana na pesquisa histórica causaram, e ainda causam, divisões no campo da historiografia. Segundo os defensores da primeira, seria a segunda, responsável pela incredibilidade com relação a veracidade dos fatos apresentados no discurso histórico, enquanto para os adeptos da segunda, ao se conceber o homem enquanto ser social e agente de diversas relações constituídas na trama histórica, o produto de suas ações deve, também, ser entendido a partir dos interesses e visões de mundo de quem os produziu. Mas até que ponto as marcas da subjetividade do historiador, presentes no discurso historiográfico, pode constituir-se instrumento de poder e dominação? O artigo em questão discute as formas de dominação embutidas no discurso histórico. O objeto de análise é o discurso do memorialista Nicodemos Araújo acerca da criação do município de Cruz, no Ceará. Debruçamo-nos sobre a narrativa construída pelo autor acerca da criação do jovem município. Nossa pretensão é a de apresentar discussões acerca da construção desse discurso, não com a intenção de encontrar uma “verdade” acerca do fato, mas de compreender o que torna diferentes, as construções historiográficas acerca de um mesmo fato.

Palavras-chave: Discurso; Verdade; Objetividade; Subjetividade; Poder.

Abstract

The creation of the Cross in the town of Nicodemus discourse Araújo: conflict or harmony?

The marks of human subjectivity and objectivity in historical research have caused and still cause divisions in the field of historiography. According to defenders of the first, second would be responsible for the disbelief about the veracity of the facts presented in the historical discourse, while for adepts of the second, to conceive the man as a social agent and various historical relations constituted in the plot, the product of their actions must also be understood from the interests and world views who produced them. But to what extent the marks of subjectivity of the historian, presents in the historiographic discourse, can be an instrument of power and domination? The article discusses the forms of domination embedded in the historical discourse. The object of analysis is the discourse of memoir Nicodemus Araújo about the creation of the municipality of Cruz, Ceará. We looked on the narrative constructed by the author about the creation of the young city. Our intention is to present discussions about the construction of this discourse, not with the intention of finding a "truth" about the fact, but to understand what makes them different, about historiographical constructions of the same fact.

Keywords: Speech, Truth, Objectivity, Subjectivity, Power.

Introdução

O que levaria alguém a silenciar um conflito? Um discurso parece só ter validade se estiver sob a ótica da verdade, mas com quem está o poder da verdade? Desses primeiros questionamentos nasce nosso desejo de pesquisa. “A criação do município de Cruz no discurso de Nicodemos Araújo: conflito ou harmonia?”

Objetivando conhecer o processo que resultou na criação de Cruz, município localizado no interior do Ceará, e os sujeitos envolvidos nesse processo, fomos à busca da bibliografia que apresentava a história da cidade em seus diversos aspectos. Cortejamos por algum tempo o livro “*O Município de Cruz*” de Nicodemos Araújo. A obra levada ao público em 1989, quatro anos após a criação política da citada unidade federativa, traz o que o próprio autor chama de “algumas notas” acerca da questão econômica, social, política, educacional, entre outras, do recém criado município. Seu autor, Nicodemos Araújo, é memorialista bela cruzense que pelas tantas obras históricas e literárias, foi alguém cuja memória tem sido enaltecida por sua contribuição cultural para a região do baixo Acaraú.

Felizes e satisfeitos estaríamos se não fossem as inquietações e questionamentos surgidos após esta leitura e o encontro com uma cidade construída de forma tão pacífica e harmônica. Lembramos questões levantadas por Foucault (2009, p.8) “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”. A ideia foucaultiana de que os discursos que circulam na sociedade obedecem a diferentes formas de poder, nos incentivaram a procura por novas fontes, outros discursos, e a necessidade de confrontá-las com a obra já mencionada. Assim, fomos à busca de fotografias, jornais, e moradores antigos do município. Encontramos, nas falas destes últimos, nossa maior inquietação. Os discursos encontrados nas fontes orais falavam mais que o livro. Este calava o que as outras fontes insistiam em reproduzir. O resultado desse confronto foi o surgimento de muitas veredas, questões que nos direcionavam para novos problemas, caminhos

sobre os quais ainda percorremos na tentativa de responder nossos primeiros questionamentos. Selecionamos, dentre os discursos encontrados nas fontes e que contradizem Nicodemos de Araújo, em seu discurso sobre como Cruz teria sido construída, o discurso de um dos sujeitos envolvidos no processo de emancipação do município. Segundo ele, Cruz é resultado de tensões, conflitos resultantes da incansável disputa pelo poder, resquícios da longa e antiga, mas nem por isso inexistente nos dias de hoje, dominação oligárquica na região do baixo Acaraú. As tensões citadas, não são por sua vez, encontradas no discurso de Nicodemos de Araújo. Nossa intenção, portanto é confrontar as duas visões acerca do mesmo fato. A escolha por um só discurso que questiona Nicodemos de Araújo está ligada aos limites desse trabalho. Optamos por apenas confrontar dois discursos contraditórios, deixando para trabalhos posteriores, o confronto com uma diversidade maior de fontes.

É preciso ressaltar que não intentamos aqui classificar tal obra e autor como indignos de confiança, mas apresentar discussões que nos direcionem para compreensão do processo de sua construção: o que há por trás deste discurso? Por que o autor silencia determinado fato, uma vez que como afirma Pe. Valdery da Rocha (1989, p. 15) responsável pela apresentação da obra, Nicodemos Araújo conservava “a paixão pela pesquisa, a objetividade da narração” sendo isto na visão do padre “uma garantia” do valor de seu trabalho? O que estaria por trás do ato de silenciar um conflito?

Sobre esta problemática, buscamos desenvolver nossa pesquisa histórica. Nossa pretensão não é a de desvendar todas as “verdades” acerca do que realmente esteve por trás do acontecimento estudado e narrado por Nicodemos de Araújo, mas promover discussões que nos possibilitem, se não compreender, pelo menos ter noção da complexidade que envolve a produção dos discursos historiográficos, visto muitas vezes, como verdade inquestionáveis.

O Tema abordado: “A criação do município de Cruz no discurso de Nicodemos Araújo: conflito ou harmonia?” irá ao encontro não só das discussões relacionadas a análise do discurso, mas penetrará o âmbito do político. Temerosos com a possibilidade de fazer uso de uma abordagem positivista da análise histórica, resolvemos nos apoiar na visão daqueles que brigam *por uma nova*

*história política*¹ surgida agora imersa na mais diferentes conjunturas históricas e não apenas apresentando acontecimentos oficiais, consagrados como verdades absolutas.

No que se refere ao recorte temporal, nos restringimos ao intervalo de tempo que vai de 1984, início do processo de emancipação política do município de Cruz ao ano de 1989 ano da edição do livro de Nicodemos Araújo.²

A criação do discurso; entre o dizer e o calar.

A ideia de discurso que aqui abordaremos é a de algo construído socialmente e transformado em instrumento de poder. Objeto de disputa e causa de conflitos diversos ao longo da história da humanidade, tem sido ele também, regalia de algumas pessoas, instituições e classes para convencer, impor um determinado modo de agir aos demais grupos. E por que não dizer convencer, impor e determinar uma memória?

Pensamos ser imprescindível falar de Michel Foucault quando se fala em discurso e poder. Em sua obra: “*A Ordem do Discurso*”, entendemos que as relações de poder podem ser encontradas não somente em esferas que se relacionam ao Estado, mas nos diversos campos, âmbitos da vida e cotidiano dos indivíduos.

A discussão sobre o *discurso* e *poder* é necessário pelo fato deste, ser o objeto de análise desse trabalho. A produção de discursos acerca da criação do município de Cruz, pelo memorialista Nicodemos Araújo, em seu livro “*O município de Cruz*”, é o que tentamos analisar. É Foucault (2006), que nós faz entender que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder” (p.10).

Outro livro do mesmo autor, também utilizado para fundamentar este trabalho é *Microfísica do poder*. O pensamento de Michel Foucault,

¹ Ver Linhares. M. Y. (1994) Por que a História política? de René Renmond. *Revista Estudos históricos*, 11 (17),9-19.

² Em 1984, Cruz se torna município, emancipando-se do município de Acaraú, no Ceará. Em 1989, o livro de Nicodemos é publicado. Escolhemos esse recorte, que vai do ano do acontecido, a criação do município, até a publicação do discurso sobre ele, isso não quer dizer, porém, que ignoramos fatos ocorridos antes ou depois desse recorte temporal.

organizado por Roberto Machado, apresenta a ideia de que as relações sociais consistem em disputas constantes entre poderes. Estas disputas, como já destacamos, não se limitam as classes governamentais, mas permeiam diferentes campos da vida social. Afirma ele que “o poder está em toda a parte; não porque engloba tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 2007, p.13).

Em um dos capítulos; *Verdade e Poder*, o autor discorre sobre a função do intelectual na sociedade, que por sua “posição de classe” e “condições de vida e trabalho” acaba cumprindo a tarefa de um construtor de “verdades”, as quais, em sua maioria, são as que um grupo dominante pretende impor.

Parece-me que o que deve se levar em consideração no intelectual não é, portanto, ‘o portador de valores universais’, ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdades em nossa sociedade (Foucault, 2007, p.13).

Na obra, Foucault se debruça sobre os hospitais e as relações de poder que se constituem em seu âmbito. As discussões que promove sobre instituições como essa, evidenciam o caráter disciplinador e modelador delas, não só com relação ao corpo, mas também com as mentes das pessoas. Na visão do pensador, o poder não permeia somente as relações dos sujeitos governamentais e instituições por eles dirigidas, mas ultrapassa a esfera do macro, estando presente nas relações entre os chamados “sujeitos comuns”, em situações na maioria das vezes consideradas banais. Daí a dificuldade em identificá-las.

Embora nossa pesquisa não se volte para instituições como os hospitais, a discussão apresentada pelo autor nos ajudar a entender que o discurso seja ele de um historiador, memorialista, político, literato ou outro qualquer, pode ser usado como instrumento de dominação, como mecanismo “*impositor*” de uma memória acerca de um acontecimento que embora não ocorrido, ou as vezes, até mesmo ocorrido, precise ser acreditado, contribuindo para a preservação de um determinado grupo social no poder.

Os discursos são, antes de tudo, produções carregadas de carga ideológica, emitidos objetivando convencer alguém. É algo produzido socialmente e cuja compreensão está relacionada ao estudo das condições históricas, econômicas, políticas, culturais e sociais em que foram pensados e produzidos.

Trazem com eles, visões de mundo, estereótipos, “verdades” ligadas a quem os construiu e ao tempo em que viveram.

O que pretendemos ao analisar o discurso de Nicodemos Araújo acerca da criação do município de Cruz “é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. (Foucault, 2005. p.171).

A produção de verdades

Tracemos aqui umas poucas notas acerca da tão cortejada verdade histórica. Isso se faz necessário no início deste trabalho porque o foco desta pesquisa se encontra num suposto silêncio acerca de um fato que para alguns seria uma *verdade*. Verdade esta que merecia ser dita e, no entanto, não foi.

Aqui trataremos de um tema, a nosso ver complexo. Existe realmente uma verdade histórica? Até que ponto a subjetividade, característica inerente ao homem, influenciaria a produção do discurso histórico? Contribuiria ela, para a produção de verdades aceitas e reproduzidas ou questionadas e desconstruídas?

Na apresentação do livro *O município de Cruz*, de Nicodemos Araújo, obra na qual encontramos o discurso sobre a criação deste município, e cujo relato se constitui em nosso objeto de análise, podemos encontrar nas palavras do padre Valdery da Rocha, religioso nascido no município de Morrinhos, mas hoje considerado cruzense pela população do município, a seguinte afirmação:

A obra que ora apresento, estruturada em moldes semelhantes aos utilizados naquelas em que o autor guardou os fatos históricos do Município de Acaraú, do de Bela Cruz e de Santana do Acaraú, conserva a paixão pela pesquisa, a objetividade da narração e isto já é uma garantia do seu valor” (Araújo, 1989, p. 15).

Para o padre, pode ser a obra, considerada valiosa pela objetividade apresentada pelo memorialista na sua narração. A inquietante procura pela objetividade na narrativa histórica está muito ligada a influencia da escola

historiográfica positivista, também conhecida como metódica, sobre a narrativa histórica. Pensava-se que fosse possível ao historiador manter-se imparcial e distante em relação ao seu objeto de análise. Isto garantiria a fidedignidade da narração, pois os fatos seriam contados exatamente da forma como ocorreram. Alcançar-se-ia, portanto, uma verdade histórica. Esta questão, sem dúvida nenhuma, já causou muita inquietação aos historiadores de todas as épocas. Seria realmente possível encontrar verdade no relato histórico?

Para François Bédarida (2006) “a verdade histórica” é vista como algo ambicionado e ao mesmo tempo temido por aquele que a busca:

História e verdade: nobre e temerária ambição. A verdade do passado, a verdade do presente: não haveria aí uma aporia? O ofício do historiador presta-se em si mesmo ao conhecimento da verdade? Podemos chegar a ela ou devemos nos contentar em ficar a distância, incapazes de apreendê-la e muito menos de interpretá-la?... Quem de nós ousaria proclamar que possui a verdade histórica, ainda que em princípio ela seja nosso alvo e nosso guia? (pp.222-223)

Há já no nascimento da história, a crença no “auto-ocultamento do sujeito narrador” (Dosse, 2006, p. 21) diante dos fatos sobre os quais se debruça. Este ocultamento seria uma garantia da objetividade de seu relato e, portanto da existência da *verdade*. De fato, a chamada verdade histórica, se é que ela existe, é resultado da análise feita pelo historiador diante de suas fontes, estas, porém, também carregam a subjetividade de quem as produziu, pois são frutos de vontades, interesses, negociações, etc.

Não poderíamos deixar exclusiva uma das mais conhecidas abordagens da história: a corrente historiográfica positivista, para a qual a objetividade e neutralidade do pesquisador garantiriam a suposta verdade histórica. Para os historiadores dessa corrente os acontecimentos de origem política e bélica mereciam total atenção. Uma história voltada para os “*homens do poder*”.

Abordagens históricas como esta, se baseiam cientificamente na teoria positivista, escola de pensamento surgida no século XIX. É neste século que a História adquire o status de ciência e sua pesquisa parte da valorização em demasia dos documentos escritos, ditos oficiais. E do interesse pela história dos

ditos “grandes homens”. Ao historiador não cabia o interesse pelos temas tidos “*comuns*”, relacionados a grandes massas.

Segundo François Dosse (2002) é a partir do século XIX, *qualificado de século da História*, que

o gênero histórico se profissionaliza, dotando-se de um método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento. Os historiadores da escola qualificada de “metódica” colocam-se como cientistas puros e duros e anunciam uma ruptura radical com a literatura (p.37).

E mais adiante afirma:

O historiador apresenta-se, por meio de seus escritos, na humilde situação de pertencer a uma comunidade de sábios no seio da qual sua subjetividade é mantida a parte. O bom historiador é reconhecível por seu amor ao trabalho, sua modéstia e critérios incontestáveis de seu julgamento científico (pp. 37-38).

Porém, o amor incondicional dos metódicos pelo documento, o único com caráter de prova científica é questionado no trecho em que pontua:

Os historiadores da escola metódica não eram os ingênuos pelos quais os faziam passar. Não se pode dizer que eles cultivavam um fetichismo do documento e que eles negavam a pertinência da subjetividade historiadora [...] Simplesmente, a escola metódica via a grandeza do historiador em sua capacidade de controlar sua subjetividade, de colocar-lhe um freio (p.42).

A necessidade de controle da subjetividade quando se faz pesquisa e se produz discurso histórico é algo indiscutível. A subjetividade existe, e nos permite repensar, rediscutir e reescrever a narrativa histórica. Não se pode pensar a história como um conjunto de discursos construídos por homens alheios ao tempo e as características da época em que viveram. O conhecimento histórico não é algo inquestionável, fechado e acabado. Porém é preciso cuidado para não cairmos no chamado relativismo histórico. A objetividade deve ser buscada. Existe uma “verdade histórica” na qual o discurso histórico precisa, por mais difícil que seja, ao menos tentar alcançar, afinal:

a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo historiador digno desse nome. Alfa e ômega desse ofício. Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. Chama vacilante e

frágil na noite, mas que apesar de tudo ilumina o nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas. (Bédarida, 2001, p. 222).

Jaques Le Goff (1990) também chama nossa atenção para o fato de que a história não pode ser encarada como uma narrativa de verdades inquestionáveis. Segundo ele, a consciência de que o discurso histórico é produto dos historiadores e da forma como esses agem sobre as fontes, advêm do reconhecimento da “não-inocência” dessas fontes. Contudo, não deixa de ressaltar a necessidade de se buscar a objetividade na história:

As condições nas quais trabalha o historiador explicam ademais porque se tenha colocado e se ponha sempre o problema da *objetividade* do historiador. A tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento, lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico. Mas esta constatação não deve desembocar num ceticismo de fundo a propósito da objetividade histórica e num abandono da noção de *verdade* em história; pelo contrário, os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história permitem um relativo otimismo a esse respeito. (p. 12)

O pensamento dos autores até aqui apresentados, poderão nos ajudar a analisar o discurso de Nicodemos, nos preparando para um olhar, se não livre totalmente de preconceitos, pelo menos consciente da carga ideológica que estes carregam por ser filho de um tempo distinto daquele sobre o qual Nicodemos se debruça.

Nicodemos de Araújo, entre as rimas e as fontes históricas.

A escrita de Nicodemos Araújo é caracterizada por uma abordagem da história, hoje vista como tradicional. Dentre algumas produções com forte predomínio dessa abordagem, destacamos o livro *Capitão Diogo Lopes*. Obra apresentada ao público em 1978, na qual o autor e bisneto do então biografado, pretende tirar o bisavô; “esse acarauense ilustre, da obscuridade a que injustamente tem sido relegado” (Araújo, 1978, p.14)

Não é nossa intenção contestar ou desclassificar os discursos produzidos por Nicodemos, afinal temos a consciência da importância do

trabalho e contribuição dos memorialistas para a história, principalmente para a história local. Mas como já afirmamos em momentos anteriores, é preciso desconstruir para tentarmos entender como ocorreu o processo de construção desse discurso.

No livro citado, o memorialista da ribeira do Acaraú, lança mão de informações que segundo ele “foram colhidas no manancial inesgotável que chama –Tradição” para reconstruir a biografia do Capitão Diogo Lopes, por ele também lembrado como “o personagem máximo de sua comunidade”, alguém cuja inteligência era “extraordinária” e “espantosa” e “homem fenomenal”. Fundamentando-se em “manuscritos antigos” afirma que possuía Diogo Lopes a chamada “percepção extra-sensorial”, e “tinha nos olhos uma espécie de força radiográfica ou raios-X” (Araújo, 1978, pp.13-19).

O que conseguimos identificar ao realizar a leitura da obra supracitada é um caráter de enaltecimento diante da figura de Diogo Lopes. Este tipo de abordagem se encontra muito presente nas obras de cunho positivistas, cuja finalidade primordial é destacar os feitos dos grupos políticos locais. Procura-se nestas obras apresentar as ações e a biografia dos chamados “homens importantes” cujas ações foram imprescindíveis para o desenvolvimento de determinada região. Encontramos na apresentação da obra:

O capitão Diogo Lopes, não obstante as infrações que cometeu contra a sacrossanta lei do matrimônio, pertenceu e pertence ainda ao número dos vultos eminentes de que nos fala o poeta João Damasceno Vasconcelos, na biografia que escreveu e em que magistralmente retratou nosso patricio Mário Domingues Lousada, afirmando que são eles, na verdade, *os fatores decisivos, os personagens centrais desse drama real e existencialista, vivido por todas as gerações humanas, numa sucessão ininterrupta de protagonistas, sob os quais se desenvolve, no cenário anguloso do palco da vida, com a marca da liderança pessoal, o tecido dos acontecimentos, de que é feita a História. (Grifo meu)* (Araújo, 1978, p.13)

Cometeríamos um erro, se afirmássemos que alguns sujeitos, dentro de sua individualidade, não exercem importância no desenrolar histórico. É preciso levar em consideração que algumas situações são mudadas, não pela vontade onipresente de um único indivíduo, mas também não podemos desconsiderar a relevância das decisões individuais de alguns sujeitos nas

transformações sociais, econômicas e culturais. Devemos refletir também sobre as situações em que a narrativa histórica é feita. Ou seja, quem decide que determinado indivíduo deva ser visto como “vulto”, “homem extraordinário” e “fenomenal” e outro não? Quem necessita que determinado personagem seja considerado relevante e outro não?

Volto a ressaltar que a pretensão não é desclassificar o autor analisado, se fosse esse, o objetivo em destaque, cometeríamos um erro tão grave quanto os já citados: o anacronismo. Afinal não levaríamos em conta um Nicodemos fruto do seu tempo e das experiências que teve nos mais diferentes grupos dos quais fez parte.

Dentre as suas outras obras de cunho histórico, traçaremos comentários acerca de quatro: “*Município de Bela Cruz*” datada de 1986, “*Almofala e os Tremebés*” de 1981, “*Jericoacora*” de 1987, e “*O Município de Cruz*” de 1989, sendo esta última a mais discutida, pois é nela que encontramos o discurso em análise nesse trabalho. Analisando as obras acima mencionadas, percebemos que Nicodemos mostra, nas apresentações destas, uma preocupação especial em se justificar diante do que escreve. É assim na apresentação da obra *Município de Bela Cruz*, na qual afirma:

E a carência de elementos informativos com que nos defrontamos, é a responsável maior pelas numerosas lacunas de que se ressenteste este *despretensioso estudo*.

Todavia, o fato da presente monografia representar um subsídio, *embora deficiente*, para quem porventura vier a escrever algo sobre a história do município de Bela Cruz, nos compensa do trabalho nosso para concatenar *estas notas*. (*Grifos meus*) (Araújo, 1986. p. 15)

Já na obra *Almofala e os Tremebés* pontua:

Todavia, não se trata aqui de um estudo referente aos índios Tremebés, que durante tantos anos povoaram aquela magnífica praia; ou sobre a Missão do Aracati-mirim, que ali aldeou aqueles silvícolas; ou sobre a riqueza do folclore daquela tradicional localidade; ou ainda sobre a história fascinante daquele famoso povoado marítimo acarauense. Nada disto. Para qualquer uma dessas tarefas *nos faltam “engenho e arte”*. E nos faltam, também, as indispensáveis fontes de pesquisa que possibilitariam a elaboração de um *trabalho convenientemente apresentável*. (*Grifos meus*) (Araújo, 1981, p. 09).

Já na apresentação da obra *Jericoacoara* diz:

Positivamente não temos a *vaidade de escrever história*, não só por deficiência de “engenho e arte”, mas também por escassez de fontes de pesquisas. Em tais circunstâncias, o trabalho que ora apresentamos se ressentia de numerosos *senões*, como não podia deixar de suceder. (*Grifos meus*) (Araújo, 1987, p. 21)

Não é diferente na obra *O Município de Cruz*

nos limitamos a mencionar alguns fatos, sem querer tecer comentários sobre este ou aquele registro. Os possíveis leitores terão aqui, portanto, unicamente um *punhado de notas coligadas sem nenhuma pretensão*. [...] Sem condições de oferecer à população cruzense um presente mais útil, no primeiro aniversário de seu município, aqui trouxemos nossa *oferta pobre*. (*grifos meus*) (Araújo, 1989, p.17).

É visível, portanto, a necessidade que o autor tinha de justificar qualquer lacuna ou carência que pudesse vir a existir em seus relatos. A questão do curto caminho entre a literatura e a história é pontuada. O memorialista era também poeta, oscilava, portanto entre a ficção e a realidade. Uma espécie de receio o levaria a justificar-se constantemente diante das pesquisas históricas, as chamando de “notas” sem “nenhuma pretensão”.

Fatos curiosos e ao mesmo tempo comuns em obras memorialistas são as listas dos chamados homens ilustres de cada município. Nicodemos elenca os nomes de pessoas cruzenses que conseguiram o nível superior:

Num testemunho de sincera homenagem, registramos aqui uma relação nominal de filhos e filhas do município de Cruz, que, fosse em cursos superiores, fosse em cursos técnicos, fosse em cursos do 2º Grau, conseguiram um diploma que representa o troféu de sua vitória no campo luminoso da Cultura e encerra uma glória para sua terra.

- Ângela Maria Muniz Alexandre, cursa Letras na UFC

-Áurea Stela do Nascimento, formada em Ciências Religiosas, leciona em Cruz. (Araújo, 1989, p. 95).

O adjetivo “ilustres” utilizado para fazer referências a estas pessoas, não está, nas obras de Nicodemos relacionado a indivíduos que ocupam cargos políticos ou pessoas de destaque economicamente, algo muito presente em

obras de cunho positivista, mas sim àquelas que conseguiram entrar no “campo luminoso da Cultura”.

Entre os versos e a prefeitura: Um Nicodemos político.

Enfim chegamos a umas das principais perguntas: Quem é Nicodemos Araújo? Não são poucas as definições. Poderíamos usar as palavras de Vicente Freitas (2004) para dizer que o memorialista representou:

Inequívoca figura de sábio junto ao povo. Verdadeira imagem do homem justo e bom. Desconhecido patrimônio moral da humanidade. Glória autêntica da terra que o viu nascer. Seu desaparecimento despertou a expressão de dor mais sentida de toda a sua história. Seu amor, sua humildade não lhe permitiram trocar por posições mais lucrativas ou distinções mais cobiçadas o remanso tranqüilo do município/paróquia que lhe deu o berço. (p. 5)

Ou ainda, as palavras do neto Dimas Carvalho, ao dizer que Nicodemos foi: “um homem puro. De vida retilínea. De atitudes impecáveis. De maneiras ilhanas.” (Carvalho e Gomes, 1995, p.22).

A obra biográfica *Manoel Nicodemos Araújo; O poeta e historiador da ribeira do Acaraú* de autoria de seu neto Dimas Carvalho e do poeta e linhagista Francisco Ferreira Gomes, traz importantes informações acerca da vida do memorialista.

Nossa intenção não é, também, fazer um trabalho de cunho biográfico, embora tenhamos consciência das novas discussões e renovações no campo dos trabalhos biográficos. Contudo, esse não é realmente nosso interesse. No entanto, como já discutimos em parágrafos anteriores, o discurso histórico, assim como tantos outros, traz em si uma visão de mundo que caracteriza quem o produziu. Se nossa intenção é analisar um discurso para entender sua produção, nada mais conveniente e necessário do que conhecer quem o produziu.

Na obra citada é possível encontrarmos um Nicodemos religioso, historiador, poeta, linhagístico, jornalista, teatrólogo, cronologista, e político.

O Nicodemos “historiador” é marcado pelo desejo de narrar história, de lembrar ao seu povo a história deste. Segundo Carvalho e Gomes (1995), Nicodemos só estudara “durante o curto espaço de treze meses”. Acerca

das possibilidades intelectuais do poeta, questionam e afirmam: “Agora perguntamos? Se o nosso biografado, tivesse freqüentado o “Liceu do Ceará” e lá obtido os afamados “Preparatórios” que, lhes teriam aberto as portas de um curso acadêmico. Sua história, por certo, teria sido outra.”(p.25)

Ao abordar o Nicodemos linhagístico, pontuam os autores, o trato com os documentos:

Pesquisador incansável dos nossos passados. Traça sagrada que não corrói os documentos pretéritos. Descobre-os e revela-os, na sua autenticidade científica. Tudo anota. Todos os dias há muitos anos. Guarda como preciosas gomas, nos seus arquivos, dados ligado, à nossa formação sociológica. (p.25)

É padre Valdery da Rocha, pároco do município de Cruz, amigo do poeta, e fonte oral que confrontamos com o discurso de Nicodemos de Araújo, que nos diz:

memorialista ele foi de primeira linha aqui na nossa região, a sua história é marcada pela pesquisa. Dezenas de vezes posso lhe dizer que ele esteve aqui na paróquia a procura de dados, informações para que seu trabalho fosse o mais correto possível. Eu admiro a perspicácia dele e também o espírito de curiosidade que ele tinha. Admiram-me também a organização dos dados, onde ele elenca numa ordem lógica, capaz de ser realmente um trabalho literário. Ele não escreve assim, aleatoriamente, ele consegue colocar numa lógica, numa metodologia, sem ter tido estudo [...] então isso é admirável. Ele vai fundo. Também chama atenção o interesse dele de anexar as cópias autênticas das leis, dos documentos, das portarias [...] ele pesquisava. Ele ia aos livros não só da nossa paróquia, mas também nos cartórios, para o melhor possível informar (Rocha, 2010, p. 21).

O relato do padre evidencia a admiração que este tinha diante da curiosidade e organização do memorialista. Nicodemos Araújo, segundo o padre, sempre mostrara um cuidado com os documentos e suas análises, sem que tivesse adquirido da academia o método apropriado da pesquisa histórica.

O amor aos documentos e a crença de que estes falariam por si, assumindo caráter de prova científica e assegurando, portanto, a objetividade no discurso histórico é algo próprio dos chamados positivistas, como já discutimos em momentos anteriores. É claro que o memorialista analisado nesse trabalho, faz uso de documentos, leis, portarias e tantos outros para dar credibilidade ao seu discurso, porém, utiliza também, fontes inaceitáveis aos olhos de um historiador

desta escola historiográfica como é o caso das fontes orais. Isto estaria ligada a famosa crença de que o documento falaria por si só como afirma Freitas (2002):

Há pensadores que ainda mantêm vínculo com a tradição historiográfica do século XIX, que elegeram como modelo de documento histórico o testemunho escrito, objetivo (neutro), dado como fidedigno. Nessa perspectiva, os depoimentos passaram a ser considerados apenas fontes subsidiárias e de “baixo valor histórico”, pois representariam um testemunho subjetivo, falível e cuja fidedignidade estaria comprometida pelas notícias tendenciosas, mentiras e calúnias que poderiam apresentar (p. 20)

Carvalho e Gomes (1995, p. 25) afirmam ainda que o Nicodemos historiador, ia “buscar” não só nos “documentos, livros e jornais, mas também na “tradição oral, fatos para fundamentação científica, de suas pesquisas.”

Ao falar de um tipo popular encontrado na famosa praia de Jericoacoara, Nicodemos, na obra de mesmo nome, parece fazer uso de uma entrevista concedida ao jornal *O Povo*. Assim diz:

Joaquim Canuto, Alinhado “Historiador da vila”, é inteligente, tem fidelidade de memória e conhece tudo naquelas paragens. E conta histórias que mais interessantes se tornam, pelas imagens esquisitas que apresentam [...] É Canuto que assevera: “Nestas praias andou Vicente Pinzon, o espanhol que mandou celebrar uma missa no Serrote.

Segundo jornal *O Povo*, Joaquim Canuto, que tem como ponto de palestras a mercearia de Seu Vicente, narra, também, que outro espanhol chamado Manoel Queiroz “ali desembarcou para desencantar o Serrote, mas quando entrou na fumaça para despertar o jacaré, e começou a rezar, o serrote deu três estrondos, os animais quebraram os cabrestos e fugiram: E adianta que “das canoas se ouvem as batidas da fumaça do ferreiro, onde uma pedra bate até o galo cantar. (Araújo. 1987.p. 35,)

Esta é uma das menções que o memorialista faz utilizando-se da oralidade. A apologia as fontes orais aparecem também na apresentação da obra sobre Cruz: “e imitando um historiador emérito, baseamos estes sucintos apontamentos no “documento”, na tradição escrita, na tradição oral e na realidade presente.”(p. 17)

Ao se debruçar sobre as obras de Nicodemos Araújo, o leitor logo percebe que este tinha ao seu alcance um razoável acervo de fontes. Sua produção também foi vasta. Foram vários trabalhos sobre a região do baixo Acaraú, norte

do estado do Ceará. Poeta, escreveu várias poemas os quais foram organizados em 12 livros. Foi autor também de biografias, genealogias e peças teatrais. Fez parte de algumas agremiações literárias, como a Academia Cearense de Letras e a União Brasileira de Escritores.³

“Manual Nicodemos Araújo, o poeta e historiador da ribeira do Acaraú”. É este o título da obra do neto sobre o avô. Seria Nicodemos Araújo um misto de historiador e poeta? Ou buscaria ele, sustentando-se em seu arquivo documental, separar ambos o títulos?

O memorialista não é um historiador, mas uma testemunha da história. Seu testemunho se limita àquela parte dos acontecimentos em que ele foi espectador ou ator. As coisas vistas passam pela consulta de fontes e arquivos e por testemunhos indiretos. A primeira pessoa do discurso toma a direção e organiza as coisas segundo a perspectiva própria de um indivíduo particular. Já o historiador está determinado pela abstração de seu ponto de vista próprio. Ele reivindica uma objetividade da qual o memorialista está dispensado (Gusdorf, 1991, cit. por Aguiar, 1998, p.22).

Dispensado ou não, Nicodemos Araújo tenta fugir dos resquícios literários de sua alma poeta para adentrar no campo científico da história.

Quanto ao Nicodemos religioso, voltamos a dizer com ainda mais propriedade que cada povo, cada época tem sua própria forma de perceber o tempo pretérito. A cada período histórico, o historiador lança olhares e faz interpretações próprias, sobre ele próprio, seus hábitos e costumes, o grupo social do qual faz parte e daqueles que são externos a ela. Gomes e Carvalho (1995) pontuam que a “temática religiosa” aparecia com frequência nos escritos do autor, resultado da “leitura diária da Bíblia e do seu catolicismo praticante” (p. 102). O próprio Nicodemos de Araújo, em obra sobre os índios tremembés e a região de Almofala, deixa expressa sua visão acerca da função da religião por ele praticada

A nova mentalidade que imperava entre os gentios, eram os frutos do trabalho árduo, persistente e *admirável dos missionários, inculcando a luz da fé naqueles cérebros abtusos e brancos*⁴, e

³ Ver Araújo, V. F. (2004). *O carpinteiro das Letras: perfil bibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo*. Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/nicodemosaraujo.html>, consultado em 06/10/2011.

⁴ Os dois adjetivos são sinônimos de *rude; grosseiro; estúpido*.

plantando no meio da tribo a semente benfazeja da harmonia e da fraternidade, na tarefa grandiosa e meritória de preparar brasileiros para formar um Brasil cada vez mais humano e *cristão*.

No desempenho de sua missão tão espinhosa quanto nobre, esses arautos do Cristo embrenhavam-se em nossas selvas e, graças ao seu espírito de renúncia, a sua coragem, à sua piedade e à sua cultura, de lá traziam *para o convívio da civilização* e para a vivência da fé, o índio brasileiro, *libertando-o, assim, da mísera condição de animal selvagem em que vivia*, Sim, o trabalho portentoso dos Jesuítas, a quem nossa Pátria tanto deve. (*Grifos meus*) (Araújo, 1981, pp. 43-44).

Gomes e Carvalho (1995) nos apresentam também o Nicodemos político. Ao fazer referência as funções ocupadas pelo memorialista em Acaraú, contam os autores que teria ele no ano de 1937, assumido o cargo de vereador à Câmara Municipal do Acaraú, função esta repetida “por mais de um mandato” (p. 40)

A participação na política não cessa por aí: “No dia 1º de dezembro de 1937, assume por 15 dias a Prefeitura de Acaraú, repetindo-se por mais 15 dias em 2 de janeiro de 1939.” (Carvalho e Gomes, 1995, p.40)

Nicodemos Araújo concentra, portanto, além dos tantos adjetivos apresentados, o de homem pertencente a classe governamental de Acaraú.

Um fato; duas formas de contá-lo.

O espaço analisado neste trabalho é o município de Cruz. O conflito estudado é político, não só porque alguns de seus personagens faziam parte da classe governamental da época, mas porque envolve uma situação de disputa pelo poder, e como bem nos fez lembrar Foucault, o poder está intrinsecamente relacionado com a política. Afirmar, porém, que o conflito é político, não significa dizer que se encerra nessa esfera, o político se liga as outras esferas como o social, econômico e cultural.

Se fossemos levar em consideração a questão espacial, discutir política no âmbito local parece ser uma tarefa fácil. Porém, não somos tão ingênuos. As relações de poder desenvolvidas no âmbito local são tão complexas quanto às desenvolvidas no âmbito nacional. Isso por que em muitos casos o que acontece no local é reflexo do que acontece em planos mais amplos como o regional e o nacional.

A obra de Victor Nunes Leal *Coronelismo, enxada e voto*⁵, publicada em 1948 e um clássico não só da História, mas da própria política brasileira em si, nos ajuda a ter uma ideia do local refletindo uma realidade do contexto nacional. Nele, Leal lança discussões sobre o Coronelismo, traça e põe em evidência a imagem do município submisso, fazendo parte de uma dimensão bem maior do cenário político brasileiro.

É obvio que o Brasil já não é o mesmo, passou por transformações significativas, é filho agora de um novo tempo, legitimado pela própria constituição de 1988, ato fundador do que podemos chamar de tempo da cidadania brasileira.

Remetemos-nos ao período de tempo analisado em nosso trabalho. O livro de Nicodemos foi publicado em 1989, um ano após a promulgação da Constituição brasileira, porém o fato narrado e analisado presente no livro do memorialista é de 1984. Momento anterior a promulgação da citada carta magna.

Leal analisa um momento histórico que marcou o início da república brasileira. É esse o tempo em que o autor pontua e analisa o município dentro da conjuntura coronelista. Faz sentindo a pergunta: Qual a situação da política local do país em 1984? Seria o município capaz de se adequar ao processo político e participativo que se iniciaria com o fim de uma ditadura na qual o Brasil esteve sujeito por mais de vinte anos?⁶

A oposição de parte da população acarauense, liderados por políticos locais, a emancipação do distrito de Cruz seria de alguma forma resultante do sentimento de liberdade trazido pela redemocratização e com os quais determinados “coronéis” não estavam acostumados?

Na introdução deste trabalho falamos que Cruz é fruto de tensões, conflitos conseqüentes da incessante briga pelo poder, resquícios da longa e antiga, mas nem por isso inexistente nos dias de hoje, dominação oligárquica na região do baixo Acaraú. Falar dos personagens envolvidos no discurso que ora analisamos é falar dos personagens envolvidos nestes conflitos, que como

⁵ Leal, V.N (1997) *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3a ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

⁶ Sobre tais discussões ver <http://www.espacopublico.blog.br/?p=162>, consultado em: 27/03/2011 <http://www.espacopublico.blog.br/?p=162>.

afirmamos descendem da velha dominação oligárquica a qual muitos municípios estiveram e ainda estão sujeitos. O conflito envolve perda de eleitores, de prestígio político, de recursos financeiros. Elementos presentes em situações relacionadas ao coronelismo. Mas, ao falar do conflito que envolveu a criação de um pequeno município do interior do Ceará já na década de 1980, podemos falar de tal fenômeno histórico?

Quem nos auxilia a entender este fenômeno e a não definir nosso conflito como resultante de coronelismo é José Murilo de Carvalho (2005) ao afirmar que:

[...] O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos. O próprio Leal é incoerente ao sugerir um renascimento do coronelismo embutido na tentativa dos presidentes militares de estabelecer contato direto entre o governo federal e os municípios, passando por cima dos governadores (Leal, 1980:14). A nova situação nada tinha a ver com a que descreveu em sua obra clássica. (p.132)

Carvalho é claro e objetivo. O coronelismo existiu numa fase, a qual se insere temporalmente entre o início da primeira República, cessando na década de 1930 para não mais existir depois dela.

Porém outros conceitos são revisitados pelo autor:

Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania. (p.133)

“O mandão, o potentado, o chefe”, Estas são expressões que com certeza se relacionam ao conflito abordado por nós. Se este não pode ser entendido com resultado direto do coronelismo por não nos ser possível identificar o sistema apontado por Carvalho nos dias atuais, poderíamos com maior ousadia usar o segundo conceito: o mandonismo. Este sim, segundo o autor, existe nos dias atuais e “confunde-se com a história da formação da cidadania” (p.133) se levarmos em consideração que a década de 1980 é período de reabertura política.

Podemos ainda fazer uso de mais um conceito analisado e esclarecido por Carvalho: o de clientelismo, e encontrar neste, relações com nosso objeto de análise. Vejamos:

Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (pp. 133-134)

Assim dizemos ser o Clientelismo, fenômeno ligado ao mandonismo, presente e vivo em muitos municípios do Brasil. É ainda Carvalho (2001) que nos pontua situações em que embora não se identifique a existência real do coronel novas figuras e práticas o ressuscitam:

Por fim, quando se fala, melhor, quando eu falo, de coronéis hoje uso a parte pelo todo. O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela.[...] Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis.

Nesse sentido, o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional.” (p.20)

O conflito ausente no discurso. O não dito, aconteceu?

Cruz, município localizado no interior do Ceará. Foi, por muito tempo, uma localidade do município de Acaraú, que antes da emancipação dos municípios de Cruz e Itarema era considerado um município relativamente grande.

Duas campanhas pró-emancipação existiram com intuito de elevar Cruz, então distrito de Acaraú a categoria de município. A primeira campanha ocorreu na década de 1960. O projeto de lei que criava o município chegou a ser aprovada, no entanto uma lei posterior acabou por anular as criações de municípios ocorridas em anos anteriores.⁷ Era o caso de Cruz. Passados vinte anos, uma nova campanha teve início.

O que para alguns se trataria de um fato extremamente corriqueiro acabou se transformando em um acontecimento cheio tensões e conflitos. Para que o distrito virasse município era necessária que a maioria de sua população assim desejasse. Essa aprovação é decidida por meio de plebiscito. Este foi convocado mediante decreto legislativo assinado em 1983. Uma comissão organizadora foi escolhida para execução dos trabalhos referentes a consulta popular. Fizeram parte da comissão: João Muniz Sobrinho, Padre Manuel Valdery da Rocha, João Altevir de Freitas e Antônio Raimundo de Araújo Neto. Este grupo organizador teve o período de quatro meses para preparar e divulgar o plebiscito.

Porém alguns representantes políticos juntamente com uma parcela do município de Acaraú se opuseram a realização do plebiscito e da criação do município de Cruz. Nicodemos em o “*Município de Cruz*” narra os fatos:

A campanha prosseguia sob excelentes auspícios, pois, como noticiou o “Diário do Nordeste”, em sua edição de 9 de setembro

⁷ Lei nº 8339- Tornava sem efeito as leis criadoras de municípios nos anos de 1963 e 1964. A lei nº 6956, que criava o “Município de São Francisco da Cruz” (hoje somente Cruz) foi sancionada em 1963.

de 1983, “ o movimento pró-emancipação de Cruz contava com o apoio dos dois representantes do município de Acaraú: Domingos Fontes e Orzete Ferreira Gomes, bem como a Igreja, através dos padres Aristides e Valdery”.

Aconteceu, todavia, que uma ponderável parcela da população de Acaraú, tendo a frente seu prefeito Jaime Ferreira Gomes Filho, *discordou, não da criação do município de Cruz, mas da maneira como os seus promotores o desejavam. (grifo meu)* (Araújo, 1989, pp. 50-51)

O memorialista não omite o desentendimento, porém o justifica afirmando que na época, o distrito de Itarema, hoje já município, também almejava tornar-se município, separando-se de Acaraú, como Cruz também pretendia fazer. Segundo o autor se Itarema virasse município teria uma extensão territorial de 820 km², e Cruz 780 Km² ⁸, sobriariam ao município de Acaraú apenas 817 Km², que antes era de 2.417km². Por essa razão, e não sendo apresentado outras, ao longo do livro, Nicodemos Araújo (1989) afirma:

Nestas condições, o povo de Acaraú precisava e tinha razão de procurar, para o problema, uma fórmula que não o prejudicasse tanto.

O prefeito João Jaime Filho estava no seu papel. E ninguém, em sua sã consciência, poderia negar-lhe o direito de defender o território de seu município. (p. 51)

A justificativa para a oposição está relacionada nas palavras de Nicodemos a questão territorial.

Padre Valdery da Rocha, um dos membros da comissão organizadora acerca justificativa que ocasionaria tal conflito afirma:

É muito simples. A notícia do plebiscito veio através de um político de fora do Acaraú: Domingo Fontes que foi deputado de Fortaleza e ele não posso dizer por intermédio de quem tinha uns interesses econômicos de indústria de pesca através do irmão dele em Acaraú e veio então a idéia de que ele poderia conquistar espaço aqui dentro. Então veio a idéia dele ajudar tanto Itarema quanto Cruz. Isso representava o que? Uma oposição ao poder dominante em Acaraú que eram os Filomenos. Os Filomenos eram os políticos que tinham todo o poder nas mãos da situação e

⁸ A extensão territorial, apresentada por Nicodemos Araújo, se refere ao território atual do município de Cruz, juntamente com o de Jijoca de Jericoacoara. Daí a grande extensão. Jijoca foi distrito de Cruz até o ano 1991, quando se emancipou.

Domingo Fontes, deputado, se oferecendo para isso [ajudar Cruz a se emancipar de Acaraú] certamente criou uma disposição do outro lado para que não deixasse que ele levasse essa bandeira a frente, mas como ele iniciou, a comunidade o apoiou, (Rocha, 2009).

No depoimento, o padre revela algo não expresso no discurso de Nicodemos. O conflito entre opositores políticos. Fato que nos faz questionar se estaria na questão territorial a única justificativa para oposição de Acaraú à criação do município de Cruz.

Segundo reportagem publicada no jornal Diário do Nordeste em 9 de setembro de 1983 e intitulada: *Parte dos políticos de Acaraú se diz contra a emancipação*, as reações contrárias foram causadas pela falta de informações acerca do que aconteceria *com Acaraú, com a emancipação de Cruz e Itarema*”

A Câmara Municipal de Acaraú da época teria convidado dois deputados envolvidos na campanha emancipacionista: Domingos Fontes e Ozerte Gomes para esclarecer alguns pontos sobre a emancipação; “Durante a reunião os parlamentares mostraram as dificuldades que tem um prefeito em administrar um município com tão grande extensão territorial, com a pequena cota do Fundo de Participação dos Municípios que recebe [...] (1983, setembro 9)”, Porém, mesmo com os esclarecimentos, as reações contrárias continuaram.

Acerca de outros motivos que contribuíram para oposição acarauense a emancipação, responde Padre Valdery:

o município de Acaraú era vaidoso por ser grande, e os políticos eram vaidosos, porque quanto mais eleitores tivessem no município mais prestígio pro município, então o que eu entendo é que o município que perde espaço territorial, não é? Eles acham que se torna menor e então enfraquece o seu poder político lá fora, eleitoral lá fora. E por causa disso há uma idéia de que não é uma boa coisa dividir. Quando Domingo Fontes iniciou a condução da campanha pelo plebiscito aqui em Cruz e em Itarema, os dois municípios, então logo tomaram sobre si a oposição de Acaraú não só dos políticos, mas de toda a comunidade acarauense com poucas exceções. Os que nos acompanharam nessa campanha do plebiscito foram praticamente mais o grupo opositor politicamente, partidariamente ao grupo dos Filomenos (Rocha, 2009).

De acordo com o padre a comunidade estava acuada porque o grupo “filomenista”, como ainda hoje, era forte politicamente, eram homens que ocupavam posição de poder, com força política no estado. Tal feito teria causado

um certo conformismo e comodismo nas pessoas que viam a luta pela emancipação como algo em vão, pois se o os filomenos eram contra a criação do município, de nada adiantaria ser a favor. Teria o próprio padre, usado a função de sacerdote para promover a ideia de emancipação de Cruz: “Para mostrar que era uma coisa boa pra população [...] usava o altar para explicar a necessidade de a comunidade estar unida para conquistar uma grande vitória para a melhora da comunidade.”⁹

A primeira forma de reação a não criação do município foi a falta de apoio ao plebiscito por parte da população de Acaraú. Outras formas de reação foram surgindo, principalmente no dia da realização do plebiscito. Os relatos orais de antigos moradores nos dão conta das tentativas daqueles que eram da oposição, de dificultar a ida da população aos locais de consulta das opiniões. Cita-se, por exemplo, as tábuas com pregos que eram colocadas nas estradas por onde passavam os carros transportando eleitores. Tais fatos são ausentes na obra de Nicodemos, que sobre a consulta plebiscitária pontua “E a 8 de janeiro, teve realização o plebiscito, que decorreu dentro da normalidade esperada e desejada”(p.52).

Que as lideranças de Acaraú e Cruz tenham discernimento bastante para não consentir que a política partidária consiga influir na cordialidade que deve continuar a existir entre as duas cidades.

Pelo contrário, ambas têm o dever de caminharem ombro a ombro, dispostas a defender, unidas, os superiores interesses desta Região.

As queixas e rivalidades mesquinhas nada produzem de construtivo, porque, como já disse alguém, “só o amor constrói para a eternidade. (p. 52)

A máxima “só o amor constrói”, é mais do que indicativa do papel de pacificador que o autor exerce por meio da obra. É mais indicativa ainda, de como o discurso histórico é construtor de realidades, definidor da trama e dos personagens que aos olhos de quem a escreve não merecem ser esquecidos. Acontecimentos tais como ocorreram? Ou acontecimentos que vão ser lembrados da forma como alguém ou um determinado grupo quis que fossem lembrados? Não nos sentimos responsáveis pela

⁹ P.e. Valdery da Rocha. Entrevista concedida em 14 de abril de 2009.

tarefa de respondê-las, mas pela apresentação das discussões que levarão o leitor a pensar sobre uma possível resposta.

Considerações finais

Quando iniciamos este trabalho de pesquisa, pensávamos que ao final dele, poderíamos encontrar, senão todas, pelo menos parte das respostas para os nossos questionamentos acerca do discurso de Nicodemos Araújo. Contudo, a experiência nos revelou novas questões que resultaram em novas posições com relação ao discurso do memorialista. Preocupamos-nos, mesmo antes de começar a escrever, em nos apoiar sobre todos os tipos de neutralidade científica possível, afinal a objetividade do discurso histórico era nosso objeto de pesquisa e nossa intenção era, dela não nos afastar. Os primeiros encontros com esse personagem chamado Nicodemos, foram distantes, porém, distantes não permanecemos. E ao final do encontro, nos vemos profundamente envolvidos com e por ele. Identificamos sim, que Nicodemos, fruto do seu tempo é agente mantedor de determinadas relações, sociais e políticas. Porém, também foi, não só o Nicodemos memorialista, mas o poeta, teatrólogo, jornalista, cronologista e antes de tudo o humano, que ajudou a construir parte dos discursos que hoje carregamos conosco.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, J. (1953). *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: Fapesp.
- Araújo, N. (1981). *Almofala e os tremebés*. Fortaleza-CE: Imprensa Oficial do Ceará.
- Araújo, N. (1978). *Capitão Diogo Lopes*. Acaraú-CE: Edições UFC.
- Araújo, N. (1986). *Jericoacoara*. Acaraú-CE: Editora Minerva.
- Araújo, N. (1986). *Município de Bela Cruz*. Acaraú-CE: Editora Minerva.
- Araújo, N. (1989). *Município de Cruz*. Acaraú-CE: Editora progresso Ltda.
- Araújo, V. (2004). *O carpinteiro das Letras: perfil bibliográfico e antologia de Nicodemos Araújo*. Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/nicodemosaraujo.html>, consultado em 06/10/2011.
- Bédarida, F.(2006). Tempo presente e presença da história. In: J. Amado, & M.Ferreira. (Orgs.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- Borges, V. (1998) *O que é História*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Capelato, M. (2003) Estado Novo: Novas Histórias. In M. Freitas. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. (5ª ed). São Paulo: Editora Contexto.
- Dosse, F.(2003) A história.São Paulo: Edusc.
- Carvalho, M. (2001). As metamorfoses do coronel. *Política Democrática. Revista de Política e Cultura*, 1 (1), 15-21.
- Carvalho, J.M. (2005a) In Memoriam - Victor Nunes Leal (1914.-85). In: J.M, Carvalho. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. (pp.381-383) Belo Horizonte: UFMG.

- Carvalho, J.M. (2005b). Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: J.M, Carvalho. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. (pp.130-153). Belo Horizonte. UFMG.
- Ferreiro, M. M. (1992) *A nova velha História: O retorno da História Política. Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV.
- Freitas, S. (2002). *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: USP.
- Foucault, M. (2006). *A Ordem do Discurso*. (13ª ed). São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2007). *A Microfísica do poder*. (23ª ed.). São Paulo: Editora Graal.
- Hilário, J. (2006). *História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica*. Paraná: Histórias Unisinos.
- Leal, V. (1997). *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Le Goff, J.(1990) *História e memória*. Campinas-São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Rénmond, R. (1994). Por que a História política? *Estudos históricos*, 7 (13), 7-19.